

# TERRITÓRIOS DA POLÍTICA EM CARACAS

## USOS E REPRESENTAÇÕES DO ESPAÇO PÚBLICO<sup>1</sup>

LORENZO GONZÁLEZ CASAS

**RESUMO** *Os eventos políticos que tiveram lugar em Caracas desde meados do século XX acarretaram a aparição de formas inovadoras de utilização do espaço público e o desenvolvimento de territorialidades urbanas diferenciadas. A incorporação de grandes multidões à urbe, a luta pelos direitos de cidadania, o surgimento dos partidos políticos e outras formas de organização da sociedade e a transformação dos espaços públicos aos fins do debate político são alguns dos fenômenos que têm caracterizado a modernidade caraquenha. Com a crise do sistema democrático, a politização da vida cotidiana e a reformulação dos esquemas de participação política têm acentuado os processos de segregação espacial e provocado o surgimento de novos mapas de percepção da metrópole. O objetivo principal deste trabalho é examinar desde uma perspectiva histórica a evolução no uso e representação do espaço público utilizado para os fins da participação política, suas implicações para o planejamento urbano e a introdução em tempos recentes de novas cartografias urbanas por efeito de processos de mudança política, programas de descentralização governamental e debates patrimoniais.*

**PALAVRAS - CHAVE** *Planejamento; política; espaço urbano; Caracas.*

As complexas relações que se tecem entre coletivos e lugares urbanos cada vez mais anônimos induzem a repensar o assunto da modernidade em termos da transformação dos usos e configurações do espaço da cidade. Um problema básico ao qual se pode reduzir o problema, em termos espaciais, é o da representação na arquitetura e urbanismo metropolitanos. A crescente abstração do espaço, para alguns gênese de psicopatologias do lugar moderno (Vidler, 1993), produz uma interação distanciada ou distante entre o meio edificado e o observador. Tal problema de abstração acontece em dois níveis: no plano urbano, onde se perde a noção de totalidade,<sup>2</sup> e no frontispício, premissa da *venustas vitruviana*. O assunto, como é de supor, se magnifica nos espaços públicos da metrópole, lugar por excelência da abstração.

Por outra parte, a modernidade urbana e metropolitana supõe a existência tanto de grandes massas humanas anônimas, às que tanta referência fez a sociologia alemã de princípios do século XX, como de intensos processos de mobilização política e concentração urbana (que se produzem com bastante independência em relação ao tipo de regime, como as concentrações comunistas, fascistas e populistas de meados desse século). De fato, a concentração e a mobilização são fenômenos tipicamente urbanos. Tal como afirma Hilda Sabato (1998, p.191), a cidade não é somente “o marco da vida pública senão sua condição de possibilidade”.<sup>3</sup>

Ora, entre as necessidades e as possibilidades de representação se apresenta um dilema, ou ao menos uma tensão: em primeiro lugar, a necessidade de aparência requer a criação de um meio carregado de conotações e formalidades de espaço público, de metáforas da estrutura social em que “a espontaneidade da ação política possa surgir e as pessoas

**1** Este trabalho é parte de uma pesquisa sobre as manifestações da modernidade em Caracas. Uma versão titulada “Rostros de la Modernidad Caraqueña” será publicada em espanhol num livro editado pelo professor Pedro García. Agradeço ao professor Jorge Villota por seus comentários e ajuda na tradução deste texto ao português.

**2** A metrópole introduz uma mudança perceptiva e de representação do espaço. O espaço metropolitano modifica a noção geral de espaço porquanto é uma realidade impessoal que amplia o poder de abstração. A metrópole não pode ser representada através dos recursos tradicionais; é um plano enorme que não se capta dentro do cone da perspectiva.

**3** O trabalho de Sabato é um dos poucos estudos que vinculam a mobilização pública latino-americana com os espaços nos quais esta se produz.

possam sentir seu poder coletivo” (Jencks, 1987, p.7) para que realize as funções de orgulho cívico, memória, participação política e representação social. Historicamente, isso tem tido lugar nas ágoras, pórticos, foros, praças e *boulevards*; espaços física e socialmente determinados, que contrastam com os “não-lugares” da chamada “sobremodernidade” (Augé, 1996). Em segundo lugar, a arquitetura e urbanismo modernos enfrentam uma grande dificuldade para incorporar as demandas de participação e simbolismo coletivos. Em outras palavras, a uma maior solicitação de conteúdos simbólicos parece corresponder uma maior dificuldade para sua provisão por parte do meio metropolitano.

Neste trabalho concentraremos-nos no caso de Caracas e na complexa interação entre modernidade, urbanismo, arquitetura e mobilização política. A história se inicia na terceira década do século XX, uma era de intensas mudanças socioeconômicas, políticas e culturais, com respostas urbanísticas e arquitetônicas que afetaram radicalmente a aparência da cidade. Tais mudanças significaram a passagem de uma economia concreta a uma abstrata (derivada da renda petrolífera), o trânsito de uma comunidade a uma sociedade; e, no político, a tensão entre a fácil e direta autocracia do caudilho e a difícil democracia representativa, sustentada no equilíbrio de poderes e nos contratos sociais.

A modernização do país tem sido acompanhada, de um lado, por um intenso processo de urbanização e transformação substancial da agenda da arquitetura via um enorme programa de obras públicas, e, por outro, por um alto grau de agitação política e mobilização de massas. Ao mesmo tempo que uma proporção significativa de indivíduos e grupos sociais se viam envolvidos no debate político, Caracas se convertia no arauto da modernidade e no principal palco de confrontação pública no país (Caballero, 1994, p.298). As novas relações de poder, depois da morte do ditador Juan Vicente Gómez, e a crescente mobilização política significaram uma metamorfose tanto da liderança como dos espaços públicos. Fez-se fundamental na Venezuela de então a figura do líder político “que fala na praça pública, forma opinião e dirige organizações” (Meneses, 1967, p.295) e que, por sua vez, demanda lugares onde se possa falar dos assuntos públicos.<sup>4</sup>

4 Importantes esforços têm sido realizados para analisar o “quem”, “como”, “que” e “a quem” das mensagens e esforços comunicativos dos líderes modernos na Venezuela, cf. L. B. García, *El Poder sin la Máscara*, 1989. No entanto, pouco se têm escrito sobre o “onde”, o lugar ou palco que acompanha o processo de comunicação.

5 As primeiras assembleias públicas acomodaram-se dentro da fábrica tradicional da cidade, tomando lugar em espaços públicos tradicionais, como a praça Bolívar. De fato, em 20 de dezembro de 1935, só três dias depois da morte de Gómez, López Contreras dirigiu-se a uma multidão concentrada na praça Bolívar do balcão da Casa Amarilla, a antiga residência presidencial. Ver T. P. Alcántara, *El General de Tres Soles*, 1985, p.134.

6 O governador Galavis foi destituído e prendido temporariamente. Em relação à trajetória deste personagem, ver N. Perazo, 1985, tomo II, p.230-1.

## MOBILIZAÇÕES E PLANOS URBANOS

Corre o ano de 1936. Em 17 de dezembro, que coincide com a data da comemoração da morte de Simón Bolívar, morre o ditador Juan Vicente Gómez, o “Benemérito”. Na manhã do 14 de fevereiro as pessoas reúnem-se na praça Bolívar para protestar contra a censura política, justo quando Félix Galavis (1877-1941), líder “gomecista”, assume o governo do Distrito Federal, estreando um novo edifício que se propõe a mudar a aparência do espaço principal da cidade.<sup>5</sup>

Um incidente entre um policial e um civil inicia a repressão sobre a multidão, com um saldo de vários mortos e feridos. Nessa mesma tarde, uma multidão estimada entre 30 mil e 70 mil pessoas – numa cidade com uma população de menos de 250 mil habitantes –, encabeçada por Francisco Antonio Rísquez (reitor da Universidade) e o dirigente estudantil Jóvito Villalba, vai a Miraflores – o palácio presidencial –, para protestar ante o chefe do Executivo, Eleazar López Contreras, que, surpreso por essa multidão que antecipa a multidão metropolitana, promete reformas políticas imediatas e garante que os responsáveis pelo massacre da praça Bolívar serão castigados.<sup>6</sup>

Talvez o mais relevante desta mobilização cívica é que, apesar de seus rasgos anárquicos,

ela evoca um sentimento de força revolucionária, e torna a população consciente do poder das demonstrações multitudinárias.<sup>7</sup> Tanto é assim que, poucos dias depois, López Contreras apresenta o chamado “Programa de Fevereiro”, como resposta às recentes demandas da população e como uma maneira metódica e racional de organizar as atividades governamentais. Inaugura-se, ainda que em forma de “lista de supermercado”, um programa que pretende abarcar totalidades.<sup>8</sup> É o início de um plano de modernização de um país e de sua capital. O programa, cuja meta última é, como Arturo Úslar Pietri declara, “semear o petróleo”, contém uma série de iniciativas nas áreas da educação, imigração, modernização das forças armadas, vias de comunicação e obras públicas, agricultura e reformas políticas (Contreras, 1988, p.183-95).

Logo chegará a oportunidade do plano urbano, tradutor fundamental do programa governamental no meio construído. De fato, a saída de Galavís do governo abrirá a comporta ao planejamento.<sup>9</sup> Em 1937 cria-se a Comissão Municipal de Urbanismo com a finalidade de regular o desenvolvimento urbano e “procurar soluções lógicas” aos problemas fundamentais da cidade (Villanueva, 1950, p.21). Pouco depois, em 6 de abril de 1938, o governo do Distrito Federal não fica atrás, e cria a Direção de Urbanismo, cuja tarefa era produzir, com a ajuda de uma equipe de assessores franceses e a supervisão da Comissão de Urbanismo, o Plano Mestre da cidade, denominado depois “Plano Monumental” ou “Plano Rotival”.

O Plano de 1939, na sua tentativa de transformar a cidade num ambiente moderno e controlado, herança provável das motivações estratégicas do programa de Napoleão III e do barão Haussmann (com frequência associa-se o valor da reforma urbana parisiense com mecanismos de controle da agitação política), marca a introdução em grande escala de técnicas de planejamento e paradigmas de desenho urbano europeus.

Maurice Rotival (1892-1980), contratado pelo governador Elbano Mibelli, sucessor de Galavís, chega a Caracas em 1937. Depois de vários meses de trabalho, o chamado Plano Monumental, elaborado com a contribuição decisiva dos assessores franceses Rotival e Lambert, é apresentado às autoridades municipais em 1939. O esquema tem um processo figurativo claro, com a noção de centro único como valor de imagem. A cidade está dividida em duas partes: um centro monumental e um conjunto de desenvolvimentos residenciais periféricos, como no modelo francês. Assim o Plano descreve a cidade: “A grande Cidade, com seus belos bulevares, parques, teatros, jardins, clubes etc. Os exteriores, com suas formosas cidades-jardins e seus clubes esportivos unidos à urbe por meio de amplas e formosas artérias de rápida circulação” (Villanueva, 1950, p.23). Não há nenhuma referência aos espaços de reunião multitudinária.

O Centro de Caracas é concebido como um núcleo multifuncional desenvolvido ao longo de um corredor monumental que segue o eixo Leste-Oeste do estreito vale. O eixo monumental questiona ou contradiz o padrão concêntrico tradicional da cidade, ao impor o bulevar francês sobre a quadrícula e sistema de praças que o urbanismo espanhol tinha institucionalizado na América.<sup>10</sup> A coluna vertebral da proposta é a via central de 30 metros de largura, futura avenida Bolívar, que vai desde a colina do Calvário, a Oeste (onde se propõe uma praça gigantesca, um monumento a Simón Bolívar e um novo centro cívico), até o parque Os Caobos, a Leste.

Rotival justifica a imensa intervenção mediante uma analogia orgânica: “era necessário abrir de novo uma espinha dorsal, inserir ali os organismos essenciais, isolar e arejar as comunidades, modelar sobre tão bela natureza as artérias e as praças ou jardins: fazer fluir, enfim, um sangue generoso e fazer palpitar com regularidade um coração já hiper-

**7** Tratando de emular o sucesso do primeiro protesto em massa, novas concentrações populares foram convocadas. Em 3 de junho de 1936, outra manifestação gigantesca foi desde a praça Bolívar ao Panteão Nacional para exigir mais reformas e anunciar uma greve geral. O evento incluiu os oradores Jovito Villalba, Rómulo Betancourt, Ángel Corrao e Miguel Acosta Saigones. Ver T. P. Alcántara, op. cit., p.173.

**8** Este foi considerado “o primeiro programa de governo social e econômico na história venezuelana”. D. C. Hellinger, 1991, p.52. O Programa de Fevereiro foi também o primeiro discurso político nacional difundido através da rádio.

**9** Elbano Mibelli Lobo (1869-1946), antigo líder antigomecista, foi chamado por López Contreras para assumir o governo em substituição a Galavís. Desta posição Mibelli patrocinou a realização do Plano de Caracas com a intervenção dos assessores franceses.

**10** Uma crítica das características axiais e simétricas do enfoque de Rotival se encontra em L. Zawisza, “Rotival, Ayer y Hoy”, *Revista del Colegio de Ingenieros de Venezuela*, n.347, p.14-31, jan. 1989.

**11** Maurice Rotival, “Caracas Marcha Hacia Adelante”, in C. R. Villanueva, op.cit., 1966, p.181.

**12** O crítico e arquiteto austríaco (1870-1933), pioneiro do movimento moderno, propunha a necessidade de uma arquitetura despojada de todo enfeite, em contraste com o aparentemente superficial e recarregado do Art Nouveau de princípios de século. Seu conhecido ensaio “Ornamento e Delito” (1908) recolhe suas idéias, as quais se plasam em edifícios como a Casa Steiner, construída em Viena em 1910.

**13** Em contraste com outras praças centrais da América Latina, as quais permanecem estreitamente vinculadas à política de massas, a praça Bolívar de Caracas tem sido desde a época de Guzmán Blanco um centro social onde acontecem concertos e passeios patrocinados pela municipalidade e o governo.

trofiado”.<sup>11</sup> Não obstante, o Plano não se limita ao complexo viário ou infra-estrutural, pois propõe uma imagem arquitetônica específica.

A busca de uma cidade nova e moderna é reforçada por uma defesa taxativa de aspectos funcionais, incluindo a economia, a higiene, o interesse público, o turismo, a iluminação, o transporte e a segurança. Estes elementos enfrentam-se, em teoria, às tendências decorativas tradicionais do urbanismo. O novo urbanismo é definido agora como uma ciência, equivalente a “um programa de organização e desenvolvimento ... [contra] a idéia vulgar de que o urbanismo é um luxo, uma arte ornamental que se preocupa, antes de mais nada, em levantar arcos de triunfo e edificar fontes públicas” (Meneses, 1967, p.19). É Adolf Loos<sup>12</sup> em registro urbano.

Apesar de sua retórica funcionalista, as imagens arquitetônicas que acompanham o Plano estão mais perto dos postulados da École de Beaux Arts que às tendências do Estilo Internacional. Isto resulta evidente no projeto de Lambert para o Centro Cívico, com seu monumental edifício do Congresso, a estátua de Bolívar e a pirâmide, tipo Teotihuacan, que conteria o túmulo de Simón Bolívar. O simbólico prevalece, outra vez, sobre a possibilidade de albergar reuniões multitudinárias, pois sempre existe nelas o perigo da violência, originada na expressão da ovação, da exclamação e do incentivo à agressão, no momento em que a platéia sobrepuja os dirigentes políticos, deixando de ser “distinto público” ou “povo”, designações utilizadas para convocar atos e votações, para tornar-se turba ou populacho. Diante de tais riscos em relação aos espaços públicos e da necessidade de resolver problemas de tráfego, o Plano propõe um conjunto de praças onde “o movimento do público possa ser ordenado durante as grandes festividades” e também criar novos caminhos que na atualidade não existem” (Meneses, 1967, p.25). É a cidade da circulação ordenada.

## NA BUSCA DE UMA ÁGORA MODERNA

No projeto de transformação urbana ficou uma matéria pendente: prover lugares adequados às novas práticas políticas, pois se evidencia que o caráter, tamanho, traçado e mobiliário da praça Bolívar de Caracas – bem diferentes dos de sua homônima de Bogotá – dificultam, praticamente impossibilitam, o abrigo de grandes multidões.<sup>13</sup> A demanda por espaços de reunião, que se assemelhem ao Zócalo do México, a praça de Maio de Buenos Aires ou a praça da Revolução em Havana, leva à utilização de outros espaços, tais como estádios e teatros, os quais assumem o papel de foros, substituindo a praça Bolívar e a praça da Misericórdia, onde se tinham produzido as primeiras aglomerações. Como Carlos Eduardo Misle notou, os novos palcos ofereciam melhores condições para a concentração de público – em termos de acústica, localização, assentos, serviços e organização – e para o controle por parte do governo sobre o desenvolvimento dos acontecimentos (Misle, 1964, p.93).

É desta maneira que em 1943 e 1944, a praça dos Museus nos Caobos, o hipódromo do Paraíso e o Estádio Nacional transformam-se em sedes de reuniões políticas. Do mesmo modo, os cinemas e teatros serão empregados freqüentemente para esses fins: o teatro Hollywood é utilizado em outubro de 1944 para uma reunião de membros da chamada “Geração do 28”, que apoiava o governo de Medina; o cinema Rex, que nesse mesmo mês de outubro concentrou os aliados do partido Acción Democrática; e o teatro Boyacá, em outubro de 1945, que foi cenário de uma convenção de em apoio ao ex-presidente López Contreras.

No entanto, o Nuevo Circo, outro espaço nas imediações da avenida Bolívar, é a sede favorita das reuniões políticas até meados dos anos 40. Muitos eventos transcendentais ocorrem nesse cenário de arena de touros, construído entre 1916 e 1919; entre outros, a proclamação por um grupo de independentes da primeira candidatura presidencial de Rómulo Gallegos, o 5 de abril de 1941 (Alcántara, 1985, p.250); a reunião inaugural do partido Acción Democrática (AD), em 13 de setembro de 1941; o lançamento da candidatura presidencial de Angel Biaggini, indicado por Medina Angarita como seu sucessor, em 1945; a reunião onde a AD mostra sua força política um dia antes da denominada Revolução de Outubro, em 17 de outubro de 1945; e freqüentes reuniões do partido Unión Republicana Democrática (URD), de Jóvito Villalba, em 1946.

Talvez o mais notável é que a “cultura da mobilização” extravasa as previsões do planejamento, alimentando velhos espaços com novo simbolismo. Os atos de massas pregam a unidade dos participantes, em afirmação de princípios de liberdade, igualdade e, sobretudo, fraternidade, tornando familiares os imigrantes, nacionais e estrangeiros, numa cidade nova e cada vez mais complexa e impregnada de tensões. Em cada um dos eventos de massas se constroem laços de identidade e pertencimento, atos de comunhão entre os líderes e o coletivo, reconhecendo vitórias na capacidade de encher os espaços públicos, no espetáculo que as massas proporcionam a si mesmas, no estrondo da ovação e do aplauso em que o dirigente se legitima seguidamente junto a uma platéia anônima que intermedeia a sociedade e o poder político.

Disso nos dá notícia a liderança política da época. Como observou Manuel Caballero (1988, p.53), López Contreras foi o primeiro presidente que experimentou o contato direto com as massas. Este contato aconteceu por dois meios de comunicação que alcançariam papéis proeminentes na vida nacional: o rádio e os espaços públicos.<sup>14</sup> Não obstante, não foi López Contreras, mas seu sucessor, Isaías Medina Angarita, quem descreveu de forma mais explícita como a figura presidencial vai deixando de ser autoritária, distante e enigmática para se converter num chefe do Executivo que representa um partido político e que está obrigado “a baixar em pé de igualdade à praça, a lutar, ante o eleitorado, com os demais grupos, por sua aspiração a seguir governando” (Angarita, 1963, p.28).

Três elementos da descrição de Medina pintam o novo clima político e urbano do país: em primeiro lugar o líder desce, e, ao fazê-lo, desfaz muitas relações hierárquicas tradicionais. Como ocorria com alguns autores do século XIX ao contato com as massas na metrópole, Medina parece desfrutar do “banho de multidão”. Em segundo lugar, o chefe tem de representar um grupo organizado, em vez de representar unicamente seus interesses pessoais. E, finalmente, o lugar localizado “abaixo” é uma praça: um foro para a discussão política. Obviamente, dentro da nova atmosfera discursiva, os líderes emergentes da política venezuelana se beneficiam grandemente de suas habilidades retóricas: Rómulo Betancourt, Rafael Caldera, Andrés Eloy Blanco e, sobretudo, Jóvito Villalba, vogal urbano quintessencial do período, são oradores de exceção.<sup>15</sup>

## UM PARADOXO: BARULHO NO “SILÊNCIO”

A partida de Rotival para os Estados Unidos, a Segunda Guerra Mundial e alguns eventos locais obrigam a introduzir importantes modificações ao Plano de 1939, que, no entanto, continua fornecendo uma linha geral para futuros desenvolvimentos da cidade. A

**14** Em 1936, López Contreras foi o primeiro presidente venezuelano a se dirigir à nação através da rádio. Ver J. Ewell, 1984, p.80. Os meios de comunicação modernos permitiram dar a conhecer os políticos até chegar à variante de tornar políticos a personagens conhecidos.

**15** O populismo supõe uma identificação do líder com as massas até o ponto de ser considerado aquele como a encarnação da vontade popular. Para o historiador e ensaísta Luis Britto García, tal identificação é só uma máscara retórica do líder em sua busca de legitimação, devido a que o contato é unidirecional (do líder para as pessoas), restringido às campanhas presidenciais e enraizado em formas mais antigas de caudillismo. Ver: Luis Britto García, *La Máscara del Poder*, Caracas: Alfadil Ediciones, 1988.

modificação mais importante é a criação de El Silencio (1941-1944), um conjunto residencial e comercial localizado onde Rotival e seu grupo tinham previsto o novo Centro Cívico. O conjunto de El Silencio não só substitui a proposta monumental de Rotival mas localiza-se numa área onde, segundo a crônica da época, abunda a prostituição e a delinquência.<sup>16</sup>

A substituição de edifícios e espaços monumentais por residências destinadas à classe média não só preenche melhor as condições financeiras internacionais, senão também as novas orientações políticas e sociais do governo venezuelano. El Silencio, projetado por Carlos Raúl Villanueva, introduz também uma escala urbana mais humana, substituindo “a concepção quicá demasiado monumental do antigo plano”, como o mesmo Rotival adverte (Rotival apud Villanueva, 1950, p.173).

Não é casualidade que, em fins da década de 1940, a praça O’Leary de El Silencio, espaço central do conjunto, transforme-se na nova ágora da cidade. Conquanto o extenso lugar não tenha sido previsto para alojar reuniões públicas multitudinárias, senão para a circulação do tráfego, a construção de fontes e esculturas e o desenvolvimento de atividades comerciais, sua localização, configuração e dimensões o fazem mais apropriado para fins políticos. Em particular, é o partido AD, opositor ao regime que inaugurou El Silencio, que reclama para tais fins o novo coração da cidade e, depois de atingir o poder em 1945, continua usando-o para apoiar sua política governamental

A mutação do caráter do espaço foi advertida pelo próprio Rotival, que assegura que a avenida será o centro do “sistema nervoso que armará de novo a cidade, o lugar onde virá a se desenvolver a história do amanhã, onde o canto da ‘urbs’ se fará ouvir, seja alegremente, seja tragicamente; mas com essa intensidade misteriosa da alma comum que caracteriza para nós a cidade” (Rotival apud Villanueva, 1950, p.182). Esta curta sentença deixa-nos uma série de interrogações em relação à natureza dos cantos urbanos aos quais se refere o conhecido urbanista.

## DA MULTIDÃO QUE GRITA À MULTIDÃO QUE MARCHA: DESFILES E DIAS PÁTRIOS

Depois do parêntese criado pela guerra, e com a chegada da Junta Revolucionária de Governo encabeçada por Rómulo Betancourt, se origina em 1946 a Comissão Nacional de Urbanismo, instituição nacional encarregada do planejamento urbano. Como tinha acontecido na década anterior, a Comissão e o governo venezuelanos requerem o serviço de assessores estrangeiros em urbanismo. Nesta oportunidade conta-se com a assessoria de Maurice Rotival, Francis Violich, Joseph Lluís Sert e Robert Moses. O novo Plano Mestre (Plano Regulador), destinado a uma população de 1,7 milhão de pessoas é preparado em 1951. Novamente os aspectos de circulação prevalecem no Plano sobre a necessidade de criação de espaços coletivos. Fala-se fundamentalmente de áreas verdes e de recreação, mais do que de praças e centros de convenção.

Em termos da articulação de espaços cívicos, e como parte distintiva da agenda de Rotival, o Plano Regulador reafirma a importância da avenida Bolívar.<sup>17</sup> A empresa edilícia mais importante nesse momento é a criação de um remate à avenida, separado de El Silencio. Parece que já não se deseja ressaltar esse espaço, e sim transportar o centro de interesse, móvel ao longo do eixo, para Leste. É erguido, então, o Centro Simón Bolívar, o complexo multiuso que reproduz o Rockefeller Center (1930-1940) e a praça dos Três Poderes de Brasília (1956-1960) no centro de Caracas.

16 Esse lugar era considerado uma sorte de compêndio dos males urbanos. Guillermo Meneses diz que “O Silêncio era visto como a síntese de toda essa vida asquerosa, miserável, rebelde ante toda autoridade e sobre esse bairro de escândalo e vício, o governo decidiu criar um bairro de apartamentos destinados à classe média”. Guillermo Meneses, op. cit., 1967, p.302.

17 Rotival continuou mostrando sempre seu interesse no desenvolvimento da avenida Bolívar. Regressou a Caracas em 1959 contratado pelo Centro Simón Bolívar para preparar um relatório intitulado “Tese para o Centro de Caracas”, o qual foi apresentado em novembro de 1959. Também realizou uma breve assessoria em Caracas no ano de 1975.

O custoso complexo de edifícios governamentais e comerciais inclui, entre outras coisas, um túnel veicular que leva o tráfego sob o conjunto, uma plataforma gigante, duas torres gêmeas de trinta andares (que se convertem nos primeiros arranha-céus e símbolo da cidade), passagens subterrâneas em cujo centro habita Amalivaca, o deus Caribe (em forma de um longo mural alusivo ao mito indígena da criação do mundo), com áreas comerciais e de estacionamento e uma estação subterrânea de ônibus que depois é abandonada. Não obstante suas enormes dimensões e a complexidade do programa, não há no conjunto – salvo uma “praça aérea” (praça Diego Ibarra) –, e nem no eixo da avenida, lugares para a concentração em massa.

Não é o momento para tais eventos. De fato, a chegada ao poder de uma Junta Militar em 1948 impõe um hiato de dez anos ao ritual populista das reuniões políticas. Os líderes da Junta Militar perseguem um gênero diferente de contato com as massas que, de todas as formas, chegaram a ser um elemento político fundamental.<sup>18</sup> Recepções e desfiles tomam o lugar dos comícios anteriores. Durante a “Semana da Pátria” milhares de estudantes e servidores públicos mobilizam-se ao longo de avenidas de recente data, como a Urdaneta, para marchar ante o presidente em exercício. Combinando o folclore com o simbolismo religioso e militar, esses desfiles procuram a identificação do povo com o governo (ver Figura 1).

**18** É importante advertir que nem Carlos Delgado Chabaud, primeiro Presidente da Junta Militar de Governo (1948-50), nem seu sucessor, Marcos Pérez Jiménez (1950-1958), foram líderes carismáticos ou destacados oradores.



Figura 1 – Desfile da Semana da Pátria na avenida Urdaneta na década de 1950.

Fonte: Archivo Biblioteca Nacional, Caracas.

A transformação da multidão que *grita* na multidão que *marcha* estimula o surgimento de um novo setor urbano: La Nacionalidad, distante da avenida Bolívar, que se foi convertendo em via expressa. Essa seção da cidade aparece contígua à Cidade Universitária como uma espécie de nó acadêmico-militar e centro para desfiles e recreação, influenciado por experiências européias como Les Invalides e Trocadero-École e pelos projetos de Albert Speer (1905-1981) na Alemanha e de Marcelo Piacentini (1881-1960) na Itália. Para reforçar os sentimentos patrióticos e o que Nietzsche chamou de “história monumental” (1990, p.68), o culto a Bolívar vai se estendendo a outros heróis, civis e militares, encontrando dito culto um recinto *ad hoc* no setor La Nacionalidad.

A mudança de caráter das reuniões políticas e o uso de novos espaços na cidade para albergá-las são explicados por Vallenilla Lanz, o ideólogo ou pensador do regime militar, em termos da relação entre a aparição de uma liderança ilustrada e a nova configuração dos espaços físicos: “O líder da praça aérea do Centro Bolívar, o conferencista da [praça] Aula Magna não podem ser os mesmos da praça de Capuchinos, nem de El Silencio, nem do Teatro Olimpia. O palco e o decorado reclamam novos atores e o público também” (Lanz, 1955, p.15).

É curioso que Vallenilla Lanz não faça referência ao complexo urbanístico de La Nacionalidad, em desenvolvimento no momento em que seu artigo foi escrito, ou aos desfiles da “Semana da Pátria”, senão à praça Aérea e ao Aula Magna, dois lugares desenhados para funções diferentes dos desfiles. Ao que parece, como civil, ele não é tão entusiasta a respeito das marchas como o eram outros membros do regime. Ou talvez Vallenilla tenha previsto que os comícios políticos da democracia poderiam entrar de novo em vigência, e que se requereriam espaços para algum tipo de assembléia. De fato, durante a campanha política de 1952, o URD (um dos poucos partidos que não foram suprimidos pelo governo) tinha voltado ao Novo Circo em março e novembr.<sup>19</sup> Mais ainda, em janeiro de 1958, à beira da derrubada de Pérez Jiménez, uma multidão foi de novo a El Silencio para restaurar o espaço de reunião. Poucos meses depois, produz-se ali uma enorme concentração para receber Fidel Castro, na alvorada do seu longo mandato em Cuba. El Silencio continuaria como o centro preferido das reuniões políticas, até que as multidões, agora centenas de milhares, começaram a se reunir na avenida Bolívar entre os anos 60 e 80.

19 O evento de novembro foi considerado “a assembléia popular mais gigantesca da década de cinquenta”. Ver Ramón J. Velásquez, “Evolución Política de Venezuela”, 1976, p.126.

## FIM DO SÉCULO: PROTESTOS, COMÍCIOS E “SACUDONES”

Nas últimas décadas do século XX, vários espaços urbanos foram empregados como centros de atividade política organizada. É o caso das praças Altamira, Venezuela e El Venezuelano. As duas primeiras, distantes do centro tradicional da cidade, foram utilizadas pelos partidos políticos AD e Copei, respectivamente, para a realização de reuniões ou festas ligadas a eventos eleitorais. Por sua vez, a chamada praça El Venezuelano, antes um espaço remanescente que ficou da antiga praça de San Jacinto, converteu-se no destino de marchas de protesto que se originavam com frequência na Universidade Central de Venezuela e que ao aproximar-se da sede do Congresso, a duas quadras dali, ou à de outros poderes, terminavam freqüentemente em repressão e atos vândalos, parte do cotidiano cidadão e da anomia de quem carece ou desconhece canais e lugares de participação.<sup>20</sup>

De maior relevância para os fins da mobilização política foi a chamada praça Caracas, um espaço situado em frente à sede da autoridade eleitoral mais importante do país, o Conselho Eleitoral (anteriormente “Supremo” e atualmente “Nacional”). A praça Caracas surge de um processo de reacondicionamento de um estacionamento e saída de veículos do Centro Simón Bolívar. O lugar é sede de economias informais, mercados e reuniões políticas, provavelmente o mais parecido a uma ágora que existe na cidade. É de fazer notar que este espaço se deriva, novamente e quiçá sem querê-lo, da avenida Bolívar, o núcleo da cidade inventada, ou de sucessivos inventos de cidade, o corredor que tentou abrir “no coração de um país subdesenvolvido uma perspectiva de todas as deslumbrantes promessas do mundo moderno”.<sup>21</sup>

20 Vários eventos de finais da década de 1980 e princípios da de 1990 representaram formas explosivas do protesto coletivo na cidade, denunciando a crise política profunda em que o país se encontrava; os arrastões de fevereiro de 1989 e as tentativas de golpe de Estado de fevereiro e novembro de 1992.

21 Marshall Berman, *All That Is Solid Melts into Air. The Experience of Modernity*, 1988, p.195.



E dizemos “sem querê-lo” porque ao longo do tempo na avenida se tem promovido um acúmulo interminável de objetos mais do que de espaços. Provavelmente de maneira similar ao que percebe o anjo de Walter Benjamin (1969, p.257-8), têm aparecido inumeráveis projetos e se têm produzido muitas intervenções.<sup>22</sup> Uma lista incluiria outro projeto de Rotival nos anos 50; a criação do parque de atrações de El Conde e do Caracas Hilton, edifício que quis ser de moradia e terminou sendo hotel (nos anos 60); o Parque Central, que apesar de seu nome, é um enorme complexo multiuso construído no extremo Leste da avenida (anos 70 e 80); a antes mencionada praça Caracas (fins dos anos 70); o teatro Teresa Carreño, no encontro da avenida com o parque Los Caobos (nos 80); o parque Vargas, uma edição pós-moderna do *boulevard* proposto inicialmente no Plano Monumental de 1939 (nos anos 80 e 90), com uma nova mudança de nomenclatura que implica a presença de uma alameda e de um herói civil (e médico, como o presidente que patrocinou o projeto); o inaugurado e inconcluso Palácio da Justiça (1995); e o edifício da Galeria de Arte Nacional (por décadas em construção). Muitos objetos e poucos lugares.

**22** Talvez nenhum outro lugar da cidade representa melhor o “efêmero perfeito”, uma situação que combina duração com transitoriedade. Massimo Cacciari definiu tal condição da seguinte maneira: “O efêmero não é o evento em cuja sucessão nos encontramos - e tem antes os eventos múltiplos, a catástrofe que o Anjo vê e procura arrastar depois de si no futuro de onde vem”. Ver Massimo Cacciari, *Architecture and Nihilism*, 1993, p.147.

## O NOVO MILÊNIO: MARCHAS E CONTRAMARCHAS

Os inícios do novo século trouxeram ao debate, com infrequente vigor, o tema do espaço público na Venezuela. Não se trata exclusivamente da discussão em torno da produção de lugares para a *flânerie* ou o lazer; ou a privatização e homogeneização do espaço residencial; ou a ocupação de áreas públicas por desenvolvimentos não-controlados de moradia ou atividades da economia informal, aspectos que nutrem os debates sobre o espaço público como discurso dominante do urbanismo contemporâneo e que em Caracas, especialmente em sua área central, se evidencia como uma profunda hostilidade cotidiana ao pedestre, por efeito da insegurança pessoal, da presença ostensiva de automóveis e motocicletas e a proliferação indiscriminada de vendas e publicidade exterior. No entanto, o que desejamos destacar – e em contraste com um longo período de dissolução do espaço urbano com fins políticos – é a volta do uso da rua como fonte de poder.

As campanhas eleitorais de 1998 e 2000 puseram em vigor novamente as arengas de oradores carismáticos ante as concentrações em massa. Possivelmente em conexão com isso, produziu-se a vantagem da corrente liderada por Hugo Chávez, com um relançamento da simbologia associada ao “Libertador” e uma aposta geral na mudança, em particular da toponímia urbana e institucional. A nova Constituição, aprovada em 1999, propõe uma democracia “participativa” e “protagônica”, com a passagem das figuras tradicionais da representação e da delegação às referendárias, “assembleísticas” e planejadoras locais, as quais demandarão campos específicos como espaços públicos e salas de convenções para poder se desenvolver.

Ao mesmo tempo, os debates intensificaram-se de maneira considerável, ao ponto de chegarem a ser hoje, como mencionou o dirigente Clemente Scotto, “muito mais interessante fazer política que, por exemplo, nos anos 70”.<sup>23</sup> Grandes multidões têm ocupado os espaços de Caracas e outras cidades do país com o fim de mostrar sua adesão ou rejeição ao regime, e ao processo ou revolução no poder. Nos meios de comunicação debatem frequentemente os “marchólogos”, especialistas no cálculo de presença de público em eventos, para confirmar ou recusar hipóteses quanto à magnitude das manifestações

**23** Entrevista de Albor Rodríguez a Clemente Scotto, *El Nacional*, Caracas, 18 de agosto de 2002, p.H-8.

populares, magnitude que varia segundo a fonte de informação. Os comunicadores sociais têm exercido seu trabalho em movimento e no meio de multidões alegres ou exaltadas.

“Tomar a rua” ou “ganhar a rua” são lemas vinculados com os direitos cidadãos e com a busca por divulgar a mensagem de cada grupo político. E isso ocorre com particular intensidade numa capital que, por um lado, não incorporou à sua centralidade a possibilidade da reunião coletiva, que se encheu de artefatos em vez de lugares, de auto-estradas em vez de avenidas, e que, por outro lado, reconduziu a função de seus espaços tradicionais ao uso prestigioso do “turista” e do visitante. A especialização da cidade do urbanismo da modernidade – e Caracas é uma metrópole moderna sobre um núcleo urbano fundado há mais de quatrocentos anos – contemplava a recreação sob forma de práticas esportivas e contemplativas e, a circulação, com a única finalidade do deslocamento. Como se viu anteriormente, a ágora e o foro só apareciam no discurso. Porque o tumultuoso, de massas, confrontante ficava fora das normas e formas da modernidade. No entanto, a realidade caraquenha mostra uma *ressemantização* dos lugares modernos e tradicionais muito além das considerações funcionais do *planning* moderno.

A nova carga simbólica dos lugares urbanos impulsionada por motivações políticas vai gerando novas cartografias e nomenclaturas. Concentrações de adeptos ao governo tomaram lugar no Centro e Oeste da cidade, onde residem setores de rendimentos médios e baixos. É o caso da praça Caracas, do Centro Simón Bolívar e das imediações do Palácio Miraflores, a sede do Poder Executivo. Em Miraflores, a expressão “não passarão” – que remete a outras experiências históricas – ilustra a estratégia do domínio territorial para o exercício do poder. O setor de Los Próceres (no setor La Nacionalidad), criado na década de 1950 para desfiles militares e celebrações do “Dia da Pátria” da Junta Militar também foi empregado para concentrações e relançamento da deliberação política dos fardados.

Por sua vez, os opositores, que com frequência passaram da dissidência à resistência (Hernández, 2003, p.4-5), concentram-se predominantemente em lugares do Leste da cidade em concordância com as cercanias das urbanizações de classes médias e altas. Rebatizaram de “praça da Liberdade” a praça França de Altamira e de “praça da ‘Meritocracia’” um espaço situado em frente a um dos edifícios da petrolífera estatal PDVSA (Petroleos de Venezuela Sociedad Anónima) no setor de Chuao. Embora em menor medida do que a restrição de manifestar a oposição em lugares ocupados pelos simpatizantes do governo, como seria o caso de Miraflores ou da praça Bolívar, o acesso a estes espaços estaria garantido somente aos grupos de oposição.

Outros espaços, como a praça Bolívar e o de acesso ao Panteão Nacional, permanecem como pontos de tensão – alguns os denominaram “zonas de reclamação” – entre diferentes forças do governo e a oposição. Por exemplo, a esquina da Torre, em frente à catedral, foi denominada “a esquina quente” (assim se nomeia no beisebol a terceira base, rincão do campo sujeito a “incandescentes” jogadas), por se encontrar ali permanentemente em atividade um grupo de aliados do governo. A matéria de administração e governo da praça foi objeto de controvérsia entre as prefeituras metropolitana e do município Libertador.

Não obstante o uso frequente dos espaços públicos para concentrações ou comícios, talvez a forma mais empregada para a manifestação foi a da marcha, porém de forma diversa dos *rallies* tradicionais, nos quais uma ordenada multidão se deslocava em frente à autoridade civil ou militar. As marchas caraquenas, com níveis variáveis de organização, transladam por corredores urbanos apregoando *slogans* e portando bandeiras, cartazes e objetos sonoros. As grandes avenidas – Bolívar, Urdaneta, Sucre, Francisco de Miranda,

Baralt, Universidad – têm sido o palco de mobilizações, de tentativas de participação em movimento sem destino ou encontro final. Isso é especialmente manifesto no caso da oposição ao governo, carente de um líder único ou principal que interpretasse ou sintetizasse os desejos desta parcela.

Às vezes, as marchas do governo e a oposição ocorreram ao mesmo tempo, como em 23 de janeiro, aniversário da queda da ditadura, e em Primeiro de Maio de 2002. Essas coincidências têm sido denominadas marchas e contramarchas. Até o momento, com exceção da sangrenta experiência do 11 de abril de 2002, as grandes marchas e concentrações não têm se encontrado, já que têm tido lugar em avenidas diferentes ou se cruzaram em níveis distintos, tendo as forças da ordem estabelecido finos limites entre eles.

Um fato evidencia ainda mais a ruptura dos esquemas tradicionais de concentrações e marchas: algumas têm ocorrido em lugares que, com toda probabilidade, seriam qualificados por Marc Augé como “não-lugares”. A mencionada praça da Meritocracia, de onde partiu a marcha do 11 de abril de 2002, é em essência um espaço viário. Mas o mais curioso é que a mencionada marcha tomou a auto-estrada do Leste, para se dirigir ao Palácio Miraflores, localizado a uns dez quilômetros do lugar, como se faria ao circular em automóvel.

Por sua vez, os manifestantes governistas usavam horas mais tarde a auto-estrada do Vale, em frente às instalações militares de Conejo Blanco, para exigir a volta do presidente ao poder. De maneira similar, vários milhares de opositores decidiram celebrar o fim de ano de 2002, improvisando uma festa à la Times Square na auto-estrada do Leste. Em quase todas as oportunidades, tanto o oficialismo como a oposição têm empregado as auto-estradas para se dirigir ao centro da cidade, e experimentando uma mudança na percepção do espaço urbano mediante rupturas na relação espaciotemporal, similar ao que sugere o escritor argentino Julio Cortázar no conto “A auto-estrada do Sul” (ver Figura 2).



Figura 2 – Marcha na auto-estrada do Leste no ano 2004.

Fonte: Prof. J. Muñoz, Caracas.

O desenvolvimento urbano com base em periferias e auto-estradas – curiosas versões da ágora – têm condicionado as possibilidades de participação direta, deixando que anônimos espaços ganhem protagonismo, na contramão da anomia que supostamente

promoveriam e em contradição com os princípios de Haussmann, segundo os quais o alargamento viário é uma forma efetiva de controle das multidões.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência caraquenha propõe várias interrogações para o desenvolvimento de práticas urbanísticas e cidadãs. Em primeiro lugar, sobre as possibilidades de participação na grande cidade. A metrópole, por suas dimensões – já o advertiam os gregos ao limitar tanto o o tamanho populacional quanto o tamanho dos palcos de discussão política – torna virtualmente impossível a assembléia geral e pode contribuir para transformar o referendo em tumulto. Ao ampliar as margens da liberdade individual, como sugeria Georg Simmel, a grande cidade requer formas mais sofisticadas de agregação de interesses para a obtenção de valores de mútua cooperação e solidariedade, como estabelece a Constituição venezuelana de 1999, e uma sociedade civil mais forte, pois “sem ela não existe realmente o espaço público” (Oviedo & Abogabir, 2000, p.33).

Em segundo lugar, tem-se colocado em relevo a notável carência de espaços e canais adequados para a realização de manifestações de apoio e protesto na cidade de Caracas e os significativos custos associados a essa carência. Por exemplo, o desprendimento de um poste na avenida Bolívar numa manifestação de apoio ao governo em agosto de 2003 produziu a queda no vazio de um grupo de participantes, com o saldo de uma pessoa morta e vários feridos.

Adicionalmente, a “adaptação” do urbano à manifestação, mediante o fechamento de vias públicas ou a tomada de determinados lugares por uma facção, conspira contra outras operações cotidianas da cidade, quando não contra direitos de livre trânsito, reunião, expressão, segurança e acesso a serviços públicos. Em relação a estes aspectos, fica passível de exame a eficácia da manifestação na rua nos processos de construção da democracia. Expressava Lech Walesa, em visita à Venezuela, que “a democracia não se faz nas ruas, e sim com programas que a tentem por e ponham em prática”.<sup>24</sup> O conhecido líder polaco reagia diante da tendência a converter manifestações em distúrbios por obra de heroísmos coletivos. A menor capacidade de convocação dos últimos eventos de rua – de governo e de oposição – poderia significar dúvidas sobre essa eficácia e o início de demandas por programas como os aludidos por Walesa.

Em terceiro lugar, é cada vez mais evidente a dificuldade de criar geografias e histórias comuns em sociedades heterogêneas e, sobretudo, polarizadas. Ainda que a política tenha passado a ocupar um lugar mais relevante na Venezuela de hoje, com tudo o que há de positivo no incremento do interesse pelos assuntos públicos, o desafio está em criar os lugares físicos e psíquicos para o encontro e para a divergência. Isso com o objeto de evitar que ódios mascarados de ideologia cheguem a escaladas de violência de proporções epidêmicas e conduzam a guerras civis “moleculares” urbanas, lamentavelmente cada vez mais freqüentes em escala global (Enzenberger, 1994). O desenvolvimento desses espaços é necessário para que, contrariamente às leis da física, várias opiniões possam ocupar o mesmo lugar ao mesmo tempo.

Para a aceitação da alteridade em momentos e lugares diferentes aos eventos vinculados ao direito do sufrágio, quando os simpatizantes de diferentes opções compartilham nas mesmas filas de votantes, surgem opções como a avenida Bolívar, a qual, ao cabo de tantos anos, continua sendo um símbolo essencial da modernidade caraquenha. É algo

24 Um conjunto de barreiras (o Bloco 1 do Silêncio, o Centro Simón Bolívar e, mais recentemente, o Teatro Teresa Carreño e o Palácio de Justiça) construíram-se sobre o eixo. Essas edificações interromperam a transparência do corredor e a conexão que se tinha proposto. A transformação da avenida em via expressa tornou-a uma obstrução física e visual entre os setores Norte e Sul do centro histórico. Além do mais, as atividades e vida urbana têm tomado lugar de maneira tangente – e antes elusiva – à avenida; de fato, as contíguas avenidas Universidade e Lecuna concentram e brindam acessibilidade à maior parte das atividades urbanas do setor, como são as estações do Metrô, o Parque Central e Os Caobos.

inacabado, fragmentário, um tanto intangível e em perpétua transformação, mas é um dos poucos espaços que não foi territorializado de maneira definitiva por parte de nenhuma facção. Como um desejo que não termina de conseguir seu objeto, a avenida tem presenciado sessenta anos de tábula rasa, de tentativas de romper os laços com o passado e de acelerar os processos históricos. Sessenta anos que têm provado a futilidade do empreendimento de dar a este espaço urbano uma forma, direção e uso permanente.<sup>25</sup> Sua indeterminação faz da avenida um lugar eminentemente moderno; porque é “intrinsecamente instável, continuamente catastrófico”.<sup>26</sup> Como também parece sê-lo o projeto de sistema político moderno venezuelano.

**25** Entrevista de Milagros Socorro a Lech Walesa. In: *El Nacional*, Caracas, 18 de agosto de 2002, p.D-1.

**26** Patrizia Lombardo, “Introduction”, en Massimo Cacciari, op. cit., p.LVI.

**Lorenzo González Casas** é professor titular do Departamento de Planificación Urbana da Universidad Simón Bolívar, Caracas, Venezuela. E-mail: lgonza@usb.ve

Artigo recebido em dezembro de 2004 e aceito para publicação em fevereiro de 2005.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALCÁNTARA, T. P. *El General de tres Soles*: Biografía del General Eleazar López Contreras. Caracas: Editorial Arte, 1985.
- ANGARITA, I. M. *Cuatro Años de Democracia*. Caracas: Pensamiento Vivo, 1963.
- AUGÉ, M. *Los "no lugares". Espacios del anonimato. Una antropología de la sobremodernidad*. Barcelona: Gedisa, 1996.
- BENJAMIN, W. Theses on the Philosophy of History. In: \_\_\_\_\_. *Illuminations*. New York: Schocken Books, 1969.
- BERMAN, M. *All That Is Solid Melts into Air. The Experience of Modernity*. New York: Penguin Books, 1988.
- CABALLERO, M. *Gómez, el Tirano Liberal*. Caracas: Monte Avila, 1994.
- \_\_\_\_\_. *Las Venezuelas del Siglo Veinte*. Caracas: Grijalbo, 1988.
- CACCIARI, M. *Architecture and Nihilism: On the Philosophy of Modern Architecture*. New Haven: Yale University Press, 1993.
- CONTRERAS, E. L. Programa de Febrero. In: CONTRERAS, E. L. et al. *Documentos que hicieron historia. Vida Republicana de Venezuela, 1810-1989*. Caracas: Presidencia de la República, 1988. Tomo II.
- ENZENBERGER, H. M. *Civil Wars: From LA to Bosnia*. New York: The New Press, 1994.
- EWELL, J. *Venezuela: A Century of Change*. Stanford, California: Stanford University Press, 1984.
- GARCÍA, L. B. *El Poder sin la Máscara*. Caracas: Alfadil Ediciones, 1989.
- \_\_\_\_\_. *La Máscara del Poder*. Caracas: Alfadil Ediciones, 1988.
- SABATO, H. *La política en las calles: entre el voto y la movilización*, Buenos Aires, 1862-1880. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 1998.
- HELLINGER, D. C. *Venezuela: Tarnished Democracy*, Boulder. Colorado: Westview Press, 1991.
- HERNÁNDEZ, O. El espacio público como lugar político: ciudadanía, política y violencia en los nuevos espacios de la ciudad. *Boletín del Instituto de Estudios Regionales y Urbanos de la Universidad Simón Bolívar*, n.11, 2003.
- JENCKS, C. Democracy: The Ideology and Ideal of the West. *Architectural Design Profile*, n.69, 1987.
- LANZ, L. V. *Bajo el Signo del Bulldozer*. Caracas: Ediciones El Heraldo, 1955. (Editoriales de El Heraldo.)
- MENESES, G. *Libro de Caracas*. Caracas: Concejo Municipal del Distrito Federal, 1967.

- MISLE, C. E. *Corazón, Pulso y Huella de Caracas*. Caracas: Ediciones Cuatricentenario de Caracas, 1964.
- NIETZSCHE, F. On the Uses and Disadvantages of History for Life. In: \_\_\_\_\_. *Untimely Meditations*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- PERAZO, N. Félix Galavís Figueroa. In: \_\_\_\_\_. *Diccionario de Historia de Venezuela*. Caracas: Fundación Polar, 1985. Tomo II.
- SEGOVIA, O.; DASCAL, G. *Espacio Público, Participación y Ciudadanía*. Santiago de Chile: Ediciones Sur, 2000.
- VELÁSQUEZ, R. J. Evolución Política de Venezuela”. In: \_\_\_\_\_. *Venezuela Moderna: Medio Siglo de Historia, 1926-1975*. Caracas: Fundación Eugenio Mendoza, 1976.
- VIDLER, A. Bodies in Space/Subjects in the City: Psychopathologies of Modern Urbanism. *Differences*, v.5, n.3, 1993.
- VILLANUEVA, C. R. *Caracas en Tres Tiempos*. Caracas: Ediciones del Cuatricentenario de Caracas, 1966 [1950].
- ZAWISZA, L. Rotival, Ayer y Hoy. *Revista del Colegio de Ingenieros de Venezuela*, n.347, enero 1989.

**ABSTRACT** *The political events that took place in Caracas from the middle of the 20th century have supposed the apparition of novel forms of utilization of the public space and the development of differentiated urban territorialities. The incorporation of large multitudes to the metropolis, the claim of civic rights, the apparition of political parties and other forms of social organization, and the transformation of public spaces for political debate, are some of the phenomena that have characterized the Caracas' modernity. With the rise and crisis of the democratic system, the politicization of the everyday life as well as the reformulation of the schemes of political participation have supposed an accentuation of the processes of spatial segregation and the development of new maps of urban perception. The main objective of this work is to examine, from a historic perspective, the evolution in the use and representation of the public space. It examines how space has been used for political participation, its effects on city and regional planning, and the introduction of new urban cartographies in the midst of political change, programs of governmental decentralization, and heritage debates.*

**KEYWORDS** *Planning; politics; urban space; Caracas.*